

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-7-2018.

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezenove horas e oito minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registrou presença Sofia Cavedon. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em TEMPO ESPECIAL, pronunciaram-se Adeli Sell e Cláudio Janta, nos termos do artigo 94, § 1º, alínea “f”, do Regimento. A seguir, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pela Presidenta, solicitando a retirada de tramitação de proposições apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/18 (Processo nº 0727/18): de autoria de Sofia Cavedon, com referência ao Substitutivo nº 01; de autoria de Dr. Thiago, com referência às Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13, às Subemendas nº 01 às Emenda nºs 01, 02, 04 e 08, à Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 e à Subemenda nº 03 à Emenda nº 03. Também, foi apregoadada a Emenda nº 14, assinada por Mendes Ribeiro e Comandante Nádia, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/18. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/18 (Processo nº 0727/18), após ser encaminhado à votação por Ricardo Gomes, Airto Ferronato, Comandante Nádia, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni e Moisés Barboza. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/18, por um voto SIM e vinte e um votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Felipe Camozzato e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Foi rejeitada a Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/18, por nove votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio

Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Em continuidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Ricardo Gomes. Foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/18, por seis votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, esta com Declaração de Voto, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. Durante a Sessão, Airto Ferronato, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro e Rodrigo Maroni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às vinte horas e vinte e seis minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cláudio Janta, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada no dia treze de julho do corrente, às dez horas. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Meus caros Vereadores, eu quero agradecer primeiro a forma com que conseguimos avançar no dia de hoje; o Ver. Mauro Zacher já foi presidente, imagino que ele respeite a liturgia do cargo e também o Tempo de Presidente. Então eu agradeço muito o respeito e a forma respeitosa com que o senhor está se manifestando. Eu quero me dirigir especialmente a três Vereadores: ao Ver. Dr. Thiago, ao Ver. Cláudio Janta e ao Ver. Adeli Sell; especialmente porque para alguns, talvez, honra seja algo que tenha pouco valor, pouca importância, mas para alguns, outros, esse é um valor absoluto. Tocou-me muito fundo quando o Vereador – e eu enfrento hoje uma situação muito difícil – Dr. Thiago perdeu o pai dele, e lá eu estava; quando invadiram a Câmara de Vereadores, e o Dr. Thiago era Presidente, eu, lá na casa dele, fui para prestar a minha solidariedade. Sei que tem certas coisas que são difíceis, tem certos momentos que são difíceis, e tem certas atitudes que definem e que dividem as pessoas. Causou-me muita dor, hoje, quando o Ver. Adeli Sell cruzou o rubicão. Ele disse que o meu pai era um homem honrado e eu não sou um homem honrado. Essas palavras são intransponíveis, são inaceitáveis, e eu quero deixar aqui consignado; lamento por demais – a pedra lançada, a flecha jogada, a palavra dita não voltam. Conta uma parábola que alguém um dia foi caluniado, aliás, caluniava, caluniava, caluniava, e vai se confessar; o padre diz a ele: “meu amigo, suba no campanário, leve junto um travesseiro cheio de penas, lá do alto do campanário, rasgue o travesseiro e espalhe as penas ao vento, depois, desça do campanário, saia

caminhando pela estrada e saia recolhendo as penas todas.” Então ele se vira ao padre e diz: “Padre, é impossível.” E ele: “Por que é impossível?” “Porque o vento já vai haver espalhado as penas.” Aí o Padre diz a ele: “Da mesma forma, a honra das pessoas que tu difamaste.”

O que eu tenho assistido aqui nesses dias, Vereadores do PT e do PSOL, é um jogo político a que eu já estou acostumado. Não sou uma noviça nesse convento. Jogar gasolina na fogueira. Valer-se do desespero ou da perspectiva dos servidores de perderem direitos, que são direitos conquistados, e, a partir daí, querer fazer crédito político com isso. Que eu saiba, determinadas carreiras da Prefeitura de Porto Alegre têm ligação orgânica com partidos políticos – isso eu sei, todos nós sabemos, as pedras da Rua da Praia sabem. E os meus caros servidores, a quem eu me dirijo com todo respeito, às vezes dizem que nunca mais vão ter os nossos votos; não imaginem que muitos de nós tenhamos sequer a ilusão de que algum dia nós tivemos ou de que algum dia nós teremos o voto de vocês. Não é isso o que nos move! A mim, particularmente, o que me move é a minha consciência, meu senso de justiça que aprendi com meu pai, Adeli Sell. Então, quando ontem eu recebi o Presidente, o Diretor-Geral do Simpa, eu o chamei ali na presença de alguns e disse a ele: Terres, eu posso, por razões de segurança, permitir que toda essa parte do plenário seja ocupada. Eu posso ir além, permitir que o plenarinho seja ocupado, eu posso determinar que a televisão do plenarinho seja ligada. O que eu não posso permitir, por razões de segurança, dada a especificidade e dado o grave quadro de tensão que está posto aqui, é permitir que esta parte do plenário, como de outras vezes, seja ocupada, porque nós precisamos garantir a entrada, a saída, o livre acesso, e, se for o caso, inclusive, a própria evacuação, porque medidas de segurança não pesam sobre ninguém mais nesta Casa senão ao Presidente, porque é ele, sozinho, o único responsável. Um dia me disse o Ver. Cassio Trogildo, quando eu reclamava, há pouco tempo, de algumas ações nossas e poucos colegas vindo: “Acostume-se, Presidente, a presidência é um local solitário”. Não que a gente queira que seja, mas às vezes, em certos momentos, em certas decisões, são solitários. Cabe ao Presidente tomar a decisão e cabe ao Presidente responder pela decisão.

Então, considerando a segurança das pessoas, disse isso ao Diretor-Geral do Simpa, que me disse: “então não posso garantir o que havia garantido, porque, se o senhor deixar que entrem todos, nós vamos garantir a ordem. Se o senhor não deixar que entrem todos, lavo as mãos e não tenho o que fazer”. Eu disse: olha, cada um responde pelas suas atitudes. Esta foi a nossa conversa. Infelizmente disso decorreram os fatos que nós vimos no dia de hoje. Eu não quero discutir aqui razões para lá, razões para cá; eu quero dizer que lamento, sim. Eu quero dizer que lamento, sim, a utilização da força policial, mas quero dizer que a utilização da força policial é o último recurso da democracia, assim como a guerra é o fim da política. Nós dialogamos, nós temos, ao lado do diálogo, o limite da lei. Quando não encontramos mais o limite da lei, que, no caso da Câmara de Vereadores, é o Regimento Interno e, por último, a posição do Presidente, Ver. Janta –sim, recebi seu apoio, mas, sim, não o recebi para transigir em certas coisas que a minha consciência me determina que eu faça em determinado sentido, ou naquele sentido. Quando sou confrontado com essa decisão, eu tomo a

mesma decisão que o Dr. Sidinei Brzuska no dia de hoje, diz o seguinte: “Acertem-se das condições que sejam garantidas a integridade física das pessoas e a integridade do Parlamento como instituição”. E é isso que foi feito ontem; era isso que tinha sido feito no dia de ontem. Então, de novo, por último, quero dizer que lamento por demais. Quero dizer que lamentei das outras vezes que houve a invasão. Lembro que, especialmente na última do ano passado, isso trouxe repercussões horríveis para os próprios servidores. Quero dizer que o que estamos votando não é possível que não se vote. Ninguém pode permitir, na base da coação, na base da ameaça, na base do constrangimento, que o Parlamento exerça a sua prerrogativa que é de poder votar. Não ter democracia, ser fascista ou ter ditadura, é exatamente não permitir que um Parlamento, que é a expressão de uma sociedade, vote. Isso, sim.

Então, o projeto que está entrando em votação mexe com a vida dos servidores, de pessoas que estão na vida pública porque fizeram essa opção, fizeram um concurso. E, a cada escolha uma renúncia; poderiam estar na iniciativa privada, poderiam ter Fundo de Garantia, mas não têm, porque fizeram essa opção. Se fizeram essa opção, é porque tinham uma perspectiva, e eles têm essa perspectiva. É preciso que se respeitem essas questões – é uma posição particular minha. O que foi dito, e o que tem sido dito é que a Câmara iria, de qualquer forma e de qualquer modo, atropelar a vida, o direito, a segurança e a história dos servidores. E foi dito por quê? Porque isso responde a um interesse político específico de alguém que quer vender uma tragédia para, no dia seguinte, alcançar lenços. A função do Parlamento é a função de modulação. Ninguém é capacho do Prefeito aqui, como alguns disseram! Muito menos eu que não tenho dobradiça na espinha! Mas também não somos capachos de vontades políticas arbitrárias, outras, que queiram impor ao Parlamento a sua vontade e dizer que o Parlamento não pode votar! O Parlamento tem que votar! O Parlamento vai votar! Essa é a essência do Parlamento. Eu posso discordar de todos os 36 Vereadores aqui, mas eu preciso garantir que cada um deles de acordo com a sua consciência vote!

E no que nós estamos entrando agora, e eu concludo, eu sei que é grave, que é complicado, que é delicado, eu sei que mexe com a vida das pessoas, mas eu sei, ao mesmo tempo, que tem emendas que estão propostas aqui que resguardam carreiras presentes, que preveem questões para carreiras futuras e que, muito provavelmente, será da manifestação deste plenário que emendas dessa natureza vão passar, que correções que precisam ser feitas vão ser feitas. Que é um fato inafastável que hoje nós temos um serviço público, infelizmente, maior do que o tamanho da sociedade – é um fato. Agora, como e de que forma nós vamos corrigir isso, assim, do dia para noite, cortando direitos? É uma modulação que o Parlamento vai fazer, dizendo “não”, ou dizendo “sim”, mas o Parlamento vai fazer. E essas emendas estão propostas aqui e, de novo, é o que eu espero. Eu não vou, no dia que eu sair daqui, da Presidência desta Casa, deixar uma mácula, ao mesmo tempo, vou levar comigo a consciência tranquila de que se ontem houve o que houve é porque homens e mulheres têm responsabilidades e devem responder pelos seus atos. Se tivesse havido respeito, se tivesse havido ordem, se tivesse se garantido a prerrogativa e a primazia dos Srs. Parlamentares votarem com autonomia,

com independência, com absoluta liberdade, nada dos fatos lamentáveis que ocorreram aqui teriam acontecido.

Eu, de novo, por último, digo que sou um amante da democracia, sou um amante da liberdade, sou amante especialmente da independência das pessoas para que cada um possa defender, de acordo com as suas convicções, com seus valores, com os seus princípios, aquilo que acredita. Nesse sentido não vou nunca me afastar um centímetro. Se o Parlamento, como instituição, enquanto eu, Presidente, estiver ameaçado, não tenham dúvida, Srs. Vereadores, eu tomaria as mesmas medidas. Se os Srs. Parlamentares, com a sua autonomia e independência, estiverem sendo ameaçados nas suas prerrogativas, eu, como Presidente dos senhores, investido que fui – posso não ser para alguns, mas sou da imensa maioria – tomaria as mesmas medidas para salvar aquilo que é mais sagrado numa democracia, que é o direito soberano da manifestação e do voto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Ver.^a Mônica, eu peço para me manifestar, respeitosamente ao Sr. Presidente, que acaba de falar, nos termos do art. 94 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Ver.^a Mônica, eu peço para me manifestar, nos termos do art. 94 do Regimento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Defiro os Requerimentos de autoria do Ver. Adeli Sell e do Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 94 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas Vereadores e Vereadoras, não usarei os cinco minutos, serei mais breve, inclusive em respeito ao Dr. Mathias Nagelstein, nessa difícil cruzada da sua vida, pai do Valter, eu não vou responder, porque eu o elogiei ontem, sempre o elogio, fiz magníficos debates com esse cidadão e que honrou a sua vida numa postura democrática em todos os momentos. As ilações que o Presidente está tirando são equivocadas. Vou manter minha posição sobre a questão da Brigada Militar, foi uma ilicitude praticada pelo Sr. Presidente, como outras questões que aconteceram aqui. Eu fiz um conjunto de proposições que teriam evitado a maioria dos transtornos. Em respeito à memória dos que lutam, em respeito à democracia, à liberdade, principalmente à liberdade de expressão, eu não vou usar os cinco minutos. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 94 do Regimento.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Não entendi por que o Presidente me incluiu nas suas homenagens ao Ver. Adeli e ao Ver. Dr. Thiago, mas eu quero, na próxima vez que o Presidente usar o tempo de Presidente que lhe cabe, ele também explique aqui por que um Vereador entrou na Justiça para cumprir o Regimento desta Casa, por que o Ministério Público teve que atuar para cumprir o papel desta Casa de cumprir as decisões desta Câmara, que os projetos aqui votados sejam cumpridos. E que o Presidente também use o Tempo de Presidente para explicar decisões monocráticas tomadas por ele nesta Casa. Eu falo aqui quando o Presidente toma atitudes de não reunir a Mesa para tomar decisões, coisa que outros presidentes sempre fizeram aqui: reuniram a Mesa, tomaram decisões respaldadas pela Mesa da Casa, decisões importantes. Eu volto a afirmar o que falei hoje para duas emissoras de rádio: eu frequento esta Casa desde que eu era estudante secundarista em Porto Alegre e nunca vi a Brigada Militar adentrar esta Casa. Eu estive aqui com os estudantes, com os rodoviários, com os comerciários, com os trabalhadores da construção civil e nunca vi a Brigada Militar adentrar esta Casa. E se tem alguém, nesses últimos cinco anos, que pode falar em invasão desta Casa, esse alguém sou eu, porque as duas vezes que esta Casa foi invadida, quem estava aqui nesse púlpito falando era eu, as duas vezes. A primeira vez eu estava aqui nesse púlpito falando quando invadiram. E a segunda vez, quem estava falando nesse púlpito também era eu quando invadiram. Então, acho que esta Casa é o sinônimo da democracia, as duas vezes as pessoas erraram quando invadiram esta Casa, agora, nós erramos quando trouxemos a Brigada Militar aqui para esta Casa. A Brigada deveria estar nas vilas, nas periferias de Porto Alegre, é lá que ela deveria estar.

Então, eu acho que o Presidente tem que usar sempre o seu Tempo de Presidente. Agora, eu acho que a gente não cobra quando vai ao velório de um pai de um membro desta Casa, velório de alguém, e depois vem cobrar aqui. Eu cobro, sim, porque nós ajudamos muito ao Presidente Valter chegar onde está, ajudamos muito. Nós queremos participar das decisões, sim. Eu sou Secretário da Mesa desta Casa, eu quero participar das decisões. Se eu não participo das decisões da Mesa desta Casa, eu considero as decisões monocráticas, eu considero decisões tomadas pelo Presidente. Eu não recebi nenhum WhatsApp para tomar as decisões e estava dentro desta Casa quando as decisões foram tomadas. Eu sou Secretário desta Casa, o Ver. José Freitas é membro da Mesa desta Casa, o Ver. Paulinho Motorista é membro da Mesa desta Casa, o Ver. Mauro Pinheiro, a Ver.^a Mônica Leal são membros da Mesa desta Casa, e não fomos consultados para decisão nenhuma para ser tomada pela Mesa desta Casa. Seria isso. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando a retirada de tramitação do Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 008/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, das Emendas nº 02, nº 03, nº 04, nº 05, nº 06, nº 07, nº 08, nº 09, nº 10, nº 11, nº 12 e nº 13, da Subemenda nº 01 às Emendas nº 02, nº 04, nº 08, da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 e da Subemenda nº 03 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 008/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0727/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 008/18, que inclui o art. 37-A, o §§ 3º ao 6º ao art. 122, o art. 122-A, o art. 129-A e o parágrafo único ao art. 131, altera o *caput* do art. 122, revoga os arts. 132 e 133 e, em 1º de novembro de 2017, revoga os arts. 79, 124, 125, 126, 127, 127-A, 129 e 130 todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; inclui o art. 39-A e revoga, em 1º de novembro de 2017, o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga em 1º de novembro de 2017, o art. 42, os §§ 1º e 2º do art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 43-A, o art. 43-B e o art. 43-C, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; o art. 43, os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; o art. 31, os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, o art. 32-B da Lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; o art. 44, os §§ 1º e 2º do art. 45, o art. 45-A, o art. 45-B da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988; o art. 42, os §§ 1º e 2º, o art. 43-A, o art. 43-B Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988; e os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, art. 32-B e o parágrafo único do art. 37 da Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988. **(Referente a avanços, adicionais, incorporação de função e regimes de trabalho.)**

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 13 ao Projeto; Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 01; Subemendas nºs 01, 02 e 03 à Emenda nº 02; Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 08;
- com Substitutivo nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-06-18 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 008/18.
(Pausa.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Questão de Ordem):
Presidente, existem algumas emendas ainda ao projeto ou não?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Existe a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza; a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, de autoria do Ver. Dr. Thiago, foi retirada; a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza; e a Emenda nº 14, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Está bem, obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo Emenda nº 14, de autoria dos Vereadores Mendes Ribeiro e Comandante Nádia, ao PLCE nº 008/18,

Não há quem queira discutir. Em votação o PLCE nº 008/18. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, audiência que nos assiste, chegamos, por fim à votação do Projeto de Lei Complementar nº 008, que havia sido o segundo a ser priorizado na reunião de Líderes que foi, por fim, desfeita através de decisão judicial. É sabido por todos que o Município de Porto Alegre entrou em uma dificuldade financeira gravíssima. É sabido por todos que embora a receita do Município cresça anualmente, a despesa cresce a um ritmo mais acelerado do que a receita. É sabido por todos que o percentual da receita que é dirigido ao pagamento de despesas de pessoal cresce a cada ano. Há um cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional e há um cálculo do Tribunal de Contas do Estado que divergem quanto ao percentual da receita corrente líquida que é consumida pela folha, mas ambos reconhecem que este número cresce a cada ano. E o sinal que é dado é que, se nada for feito, impreterivelmente nós atingiremos o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em 54% da receita corrente líquida despendida com despesas de pessoal. E neste momento, então, o Município terá não só de congelar essa despesas, como também adotar medidas cada vez mais drásticas, em uma escala que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal dá. Há uma necessidade dos Vereadores de atuarmos quanto à crise do Município. Foram cortadas despesas correntes, foram cortados investimentos, foram cortadas despesas de viagem, foi cortada uma série de despesas. Todavia o que não se cortou e seguiu crescendo e seguirá crescendo, se nada fizermos, é o gasto com pessoal. Isso não é dizer que a culpa é dos servidores, isso não é dizer que os servidores não fazem um bom trabalho ou não merecem um bom salário. Isso é reconhecer a verdade matemática. Não é necessário mais do que simples aritmética para entender o que se passa no Município de Porto Alegre. As soluções passam, às vezes, por medidas duras, que já foram tomadas pela União, pelo Estado e por grande parte dos municípios brasileiros – logo em seguida votaremos o projeto da previdência complementar. O que está sendo feito com este projeto de lei já foi feito no Governo do Estado do Rio Grande do Sul e já foi feito pela União, no caso da União há mais de 15 anos. E Porto Alegre não fez. E o cidadão de Porto Alegre exige que nós, Vereadores, façamos algo a respeito, que nós enfrentemos a virtual quebra do Município de Porto Alegre. Isso não significa dizer que somente despesas de pessoal deve ser cortada, tantas outras devem ser cortadas. Mas isso significa dizer, sim,

endereçar aquela que é a despesa que mais cresce no Município, e cresce automaticamente. Nenhum trabalhador da iniciativa privada tem avanços automáticos, nenhum trabalhador da iniciativa privada incorpora gratificações, nenhum trabalhador da iniciativa privada tem esse regime, nenhum tem licença prêmio, nenhum tem esse aumento de 5% a cada 3 anos. Aliás, o projeto não extingue, é a conversão do triênio em quinquênio, de 5% a cada 3 anos para 3% a cada 5 anos. É acabar com o que nós sabemos que ocorre, os Vereadores sabem que ocorre o revezamento em posições de liderança para acumular as FGs. Sabemos que isso acontece, não nascemos ontem. Portanto, essa medida que está posta, neste projeto, é fundamental. Já foi no Estado e já foi feita na União, não é agradável de fazer. Queríamos nós seguir concedendo sem nunca nos perguntarmos quem paga a conta. E quem paga a conta é o cidadão de Porto Alegre que paga os impostos e que carece de serviços. Esse que paga conta. E é necessário responder, hoje, não apenas para os servidores, mas responder para a população de Porto Alegre que verá a sua Cidade válida, se não fizermos o que precisa ser feito, o que já foi feito no Estado e o que já foi feito na União. E nós sabemos que este projeto protege os direitos adquiridos, muitos dirão que não, mas nós sabemos que as emendas e que os projetos respeitam. Como não seria diferente, como a Constituição não permitiria, estão protegidos os direitos adquiridos. Portanto o nosso compromisso tem de ser com a coletividade de Porto Alegre. Encaminhamos, portanto, favoravelmente ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidenta Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde de hoje, que, aliás, estão conosco faz bastante tempo, porque as coisas vêm se repetindo. Eu não me canso de dizer que sou servidor público desde 1974. E lá se vão 44 anos. E eu trabalhei, senhoras e senhores, na União, servidor público; no Estado, servidor público; e no Município, aqui e agora, servidor público, e sou Vereador desde 1989. Vou repetir: 1989. E lá se vão 29 anos. E tenho acompanhado de perto o que acontece neste País, no Estado e nos municípios: a culpa sempre se leva para o setor público. Somos nós os culpados pelos desmandos neste País, por esta roubalheira generalizada. Acompanho nestes últimos 44 anos, e eu acompanhei de perto a grande roubalheira nacional, que parte de empresários corruptores, muitos, e de políticos corruptos que naquela lei anterior eram financiados pelo empresariado nacional, o grande empresário nacional, o mega empresário nacional, e passaram, depois de eleitos, porque receberam milhões empregados dessas empresas, fizeram tudo que eles quiseram. Sou Vereador desde 1989, acompanho de perto. Não é possível, nós levarmos e nem a cada jogada tentar tirar direitos que conquistamos, conquistamos. Eu não me canso de dizer, a questão é que nenhum trabalhador recebe esses avanços. Sou

funcionário público concursado, aposentado, trabalhei 44anos. Se me derem – repito o que tenho dito aqui, nenhum trabalhador ganha FGTS –, se me pagarem de uma tacada só o FGTS a que teria direito durante 44 anos, hoje eu seria um homem milionário. Eu não ando bem, não, se me pagarem o FGTS de uma tacada só, eu abro mão da aposentadoria hoje. Portanto, não dá para olhar de um lado só. Falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, em nome do nosso Partido, é muito perigoso, falar de um lado só. Nós somos os únicos que não temos o FGTS e outros direitos. Pagamos aposentadoria integral sobre tudo que nós ganhamos. Eu sou quase doutor nessa matéria. Tenho 44 anos de serviço público. Não dá para dizer que nós somos os culpados desta Nação, porque não somos! Nós somos trabalhadores brasileiros, porto-alegrenses. E é preciso dizer que o meu encaminhamento e do Ver. Paulinho Motorista, querendo bem a todos, respeitando todos, é votar “não” ao projeto. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Obrigada, Presidente Mônica Leal, gostaria de falar sobre a Emenda nº 14 do Ver. Mendes Ribeiro e desta Vereadora que vos fala. Eu estava ali fora conversando com algum pessoal do Simpa, explicando que a Emenda nº 14 é uma forma de se manter os regimes como hoje estão. Estava explicando, se estão dizendo que não, escutem. Ela mantém o RDE, o RTI, o RST e o RCT – essa é a ideia desta emenda –, de uma forma que os funcionários que já estão com os seus regimes não os percam. Para quê? Porque a gente sabe que o salário básico dos funcionários é baixo, e que hoje quem aumenta os salários são os regimes. Então, dessa forma, eu e o Ver. Mendes encaminhamos para que não se tenha prejuízo. A ideia aqui é não causar prejuízo aos funcionários. Sabemos bem que todos têm famílias, ninguém gostaria de ter seu salário pela metade, então estamos tentando fazer com que não percam esses regimes. Enfim, gostaria que lessem com muito cuidado, com muita atenção, porque só dizer “não” é uma coisa que aí parece que não querem compor, mas eu acho que todas as emendas merecem a maior atenção, interpretação, e não chegar como uma vacina: “Não queremos”. Então, há de se compor.

Também quero dizer que esta emenda é idêntica a que o Ver. Dr. Thiago retirou, é igual, e ele retirou, até por uma questão pessoal, mas nós a reeditamos e colocamos novamente. Então fica aqui o pedido aos colegas Vereadores para que leiam com atenção, para que façam a interpretação desta emenda sem amor e sem paixão, mas para que a leiam com muito cuidado para que os nossos funcionários não percam os seus regimes, que sabemos que são importantes. Continuo dizendo a importância de os funcionários terem um plano de carreira. Não adianta fazerem cara feia, eu estou tentando ajudar aqui. Hoje, para quem entra, o salário básico é péssimo, então o plano de carreira urge para Porto Alegre, e eu acredito que sim, que há de se fazer uma

conversa com o Executivo, com o Parlamento – eu estava conversando com a Ver.^a Sofia sobre a importância. Eu acredito nisto: é importante ter um plano de carreira. Enfim, solicito que os Vereadores leiam com muita atenção, que interpretem esta Emenda nº 14 e que votem “sim” para esta emenda de nossa autoria, minha e do Ver. Mendes Ribeiro. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, o Governo chora, chora, chora, mas o Governo que não faz a sua lição de casa. Esta folha tem R\$ 409.044,19. Esse é o valor de CC desta folha. Se um Governo não tem dinheiro, não paga isso nesta folha. É o montante destas folhas aqui. E tem uma folha incompleta aqui no fundo, eu estava calculando e parei aqui, esse aqui dá R\$ 60.161,24. Mas o montante dessas nove folhas aqui dá R\$ 3.680.397,71. Um Governo que não tem dinheiro não paga tudo isso para CCs; um Governo que não tem dinheiro não paga R\$ 10 milhões em publicidade; um Governo que não tem dinheiro não faz coquetel para lançar um filme fracassado, que é “Prefeitura nos Bairros – O Filme”; um Governo que não tem dinheiro não faz uma licitação para *coffee break*; um Governo que não tem dinheiro...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu peço respeito porque pago o salário de vocês. Então, vocês fiquem quietos! Silêncio!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu peço aos funcionários do Prefeito que fiquem quietos.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, tem um Vereador na tribuna. Respeitem o tempo deste Vereador, por favor! Senhores e senhoras, o Vereador está na tribuna.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Muito obrigado, Presidente. Um Governo que não respeita a população, porque hoje mandou um decreto dizendo aos Secretários, no Diário Oficial, mandar eles virem para cá, estão aqui desde de manhã. Eu tenho uma foto de quando chega o alimento para eles, trazendo sacolas e sacolas de comida para eles. Tenho a foto, vou botar aqui no painel, amanhã. Um Governo que não

respeita a população de Porto Alegre... e aí tem pessoas que têm inveja. Não foram capazes de passar num concurso público!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Não foi capaz! Eu optei por não fazer concurso público. Eu optei, eu tenho a minha carteira assinada, é o orgulho de um trabalhador ter a carteira assinada, aí a pessoa não consegue passar num concurso público, vive rodeando os partidos políticos implorando um CC, não é?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): A pessoa, na vida, tem algumas opções: ou ela vai trabalhar na iniciativa privada e se sujeita ao regime da iniciativa privada, ou ela vai fazer um concurso público, ou ela vai disputar um mandato eletivo. Não disputar eleição, aí vocês podem fazer o que quiserem aqui nessas cadeiras, ou vão fazer um concurso público e vão ser funcionário público, e aí vocês vão achar que o regime que vocês fizeram opção é o regime válido. Agora, não fiquem “gigolando partido político para arrumar CC e vir para cá vaiar Vereador! Eu não tenho medo de vaia! Eu fui eleito pelo voto popular para vir para cá para representar os trabalhadores e suas famílias! Eu vim para cá para não permitir que o Prefeito faça maldade com o povo de Porto Alegre, e tirar o regime dessas pessoas é fazer maldade. E a emenda que o Dr. Thiago tirou, é porque nós não confiamos nesse Prefeito, porque, se ele quer fazer para quem entrar no serviço público, ele que mande para cá uma Mensagem Retificativa, porque hoje é ele quem tem que fazer 19 votos. Mas se nós aprovarmos a emenda, inverte, é que nem os taxistas aqui, ficamos o dia inteiro discutindo porque nós tínhamos que fazer 19 votos. Então, não vamos cair neste papo: “Ah, não, aprovamos a emenda agora, é só para quem entrar no serviço público.” Não mesmo! Se nós aprovarmos a emenda, no veto nós é que temos que fazer 19 votos. Aí, inverte. Então, se o Prefeito mandar uma Mensagem Retificativa dizendo que é só para os novos, eu voto a favor! Tem que vir do Prefeito, aí eu voto a favor. Agora, não pode ser uma emenda nossa, porque depois vem veto, por isso que o Dr. Thiago tirou a emenda, se não a gente aprova e depois vem o veto. Foi só por isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/18.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa noite, Vereadores, Vereadoras, público que ainda nos assiste aqui nas galerias, servidores, funcionários. Eu

subo aqui, na verdade, porque esse, para mim, foi um momento muito difícil – eu falava isso para a Fernanda Melchionna –, um momento muito difícil foi essa semana, e eu falo porque eu talvez tenha uma opinião que não seja igual a tua, por exemplo, não é Fernanda, e a gente é diferente, assim como eu tenho diferenças com todos os Vereadores e, ao mesmo tempo, tenho muito respeito pela posição individual ou mesmo partidária de cada um. Essa semana foi muito difícil, está e vai estar ainda amanhã e talvez na segunda-feira, é um tema bastante polêmico e dividido aqui na Câmara Municipal, e eu, naturalmente, por ter uma relação, que eu não escondo, com o Marchezan, e não tenho a opinião, quero aqui deixar claro, não tenho a opinião de que ele seja um indivíduo do mal, ele tem uma concepção política que é diferente da minha, inclusive, talvez pela minha própria origem e pela minha própria concepção de Estado, de Município, mas eu a respeito, até porque quando ele se apresentou, na eleição, e uma parcela da população votou nele e ele tem legitimidade para defender a posição política que ele queira. Mas, eu, pessoalmente, tive uma posição muito delicada, porque os próprios, vamos dizer assim, correligionários do meu partido me ligaram, me pediram, me sensibilizaram, o Cristian, que é um indivíduo que tenho uma relação muito respeitosa e que está por aqui, tentou conversar, e o próprio Prefeito tentou me remover já há duas ou três semanas dessa posição. Mas eu quero reafirmar aqui que não há uma posição, Mauro, individual para esse momento ou para o serviço público municipal; eu, como sempre defendi aqui, e vou continuar, porque terei os próximos anos na política, independente da esfera, defenderia o serviço público, fosse ele estadual ou federal.

Só quero dizer o seguinte: reafirmar que é uma votação que está bastante dividida, mas votarei com o serviço público e gostaria de votar hoje. À tarde eu avisei que estaria até às 10h da noite, e acho que a gente tem esse dever, por princípio, de votar. E quero mais uma vez manifestar que, apesar de toda esse pressão, não é uma questão de Governo: não estou contra o Governo, porque acho que são legítimos, Moisés, o princípio e a avaliação que o Governo tem com relação a como gerir esses temas, mas eu, independente se fosse a Luciana Genro, o Raul Pont, o Sebastião Melo, o José Fortunati, e estivesse em discussão a pauta dos servidores públicos, seja qual for, a inflação, o salário... Eu mesmo aqui, por exemplo, sempre votei a favor do reajuste dos servidores e contra o próprio salário de Vereador. E aqui eu não estou fazendo demagogia, sempre votei nos quatro anos por uma questão de princípio. E só por princípio, vou votar, como sempre, a favor do serviço público. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, em nome da celeridade, eu vou abrir mão do meu tempo, mas os servidores sabem da posição da nossa bancada, o PDT. Estamos juntos.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 008/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, todo mundo que nos acompanha, nossos colegas. Eu, na realidade, venho falando publicamente, neste último mês, e que quero falar aqui sem gritos, sem discussão, sem berros, porque eu fiquei aqui ouvindo uma operação que é normal, que faz parte da democracia, de discussão, de subir, de se inscrever, de uma forma muito transparente, mas eu não posso deixar de fazer algumas considerações aqui.

Este Governo enviou para cá, na sua visão, uma série de projetos, para fazer com que as despesas caibam dentro da receita. Nós estamos aqui tentando fazer com que as pessoas compreendam que, se nada for feito, vamos entrar verdadeiramente num colapso, porque, para tapar buracos não bastam discursos bonitos. O populismo que a gente conhece em ano eleitoral, a politicagem partidária é responsável pela situação em que nos encontramos hoje, mas é preciso fazer uma consideração muito grande – acho que tem gente de todos os lados que vão concordar comigo. Eu subi a esta tribuna para chamar atenção das pessoas sobre o preconceito. Sim, sobre o preconceito, porque uma das coisas lamentáveis é enxergar seres humanos, Presidente, fazendo uma subclasse pela sua atividade profissional. Tanto os brigadianos, como os guardas municipais, os servidores de carreira, os taxistas, os funcionários públicos, os CCs que estão aqui são também, todos, mães, pais de família, que, muitas vezes – aos servidores de carreira, que eu digo – também estão lá, tanto quanto os senhores, assegurando o serviço público, até, quando, em alguns momentos, faltam servidores públicos. Eles não podem ser considerados uma subclasse pela sua atividade profissional, assim como vocês. É lamentável que, de todas as partes, exista preconceito pela sua atividade profissional. Todos nós somos seres humanos; se nós tivéssemos mais boa-fé uns para com os outros, os episódios lamentáveis que vimos ontem não teriam acontecido. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 008/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 01 voto **SIM** e 21 votos **NÃO**. Fica prejudicada a Subemenda nº 02 à Emenda nº 01.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 14 ao PLCE nº 008/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 008/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 06 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

Solicito a colaboração das senhoras e dos senhores para concluirmos a votação, por favor. Por favor, muito obrigado. Por favor, meus senhores, eu vou interromper e nós não vamos concluir a votação, então eu peço, por gentileza, silêncio. Obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sr. Presidente, conforme me faculta o parágrafo único do art. 177, do Regime deste Legislativo, esta Vereadora apresenta a presente declaração de voto à votação do PLCE nº 008/18 (Lê.): “Voto contrariamente ao projeto supracitado, assim como às suas emendas e subemendas, em que pese compreensível a iniciativa à luz dos interesses do Executivo Municipal. Contudo, diante da complexidade da matéria e principalmente por sua relevância para com a atual Gestão do Município de Porto Alegre, os servidores municipais, entendo que sua votação em regime de urgência não colabora para isso, apenas aumenta mais a preocupação e o sofrimento dos servidores. Esta Vereadora compreende que a presente matéria requer prudência ao ser analisada tanto pelo Legislativo como pelo Executivo e pelos servidores. Os servidores merecem ser respeitados e principalmente precisam de segurança para que possam trabalhar. Já havia manifestado a minha contrariedade à retirada do regime especial de trabalho, RDE e RTDI, e já pedi nesta tribuna, ao Prefeito, a retirada do projeto sob pena de eu votar contrariamente, mesmo integrando a base. Por fim, reitero a minha convicção de que o principal fator a ser enfrentado por todos é o plano de carreira dos servidores municipais. Este, sim, é o cerne dessa questão toda e precisa ser enfrentado. Plenário Otávio Rocha, 12 de julho de 2018, Vereadora Mônica Leal, Partido Progressista.”

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, solicito que a senhora junte a sua declaração de voto à Diretoria Legislativa.

Por favor, eu peço um pouco mais de silêncio. Os Vereadores estão fazendo as suas declarações de voto e isso é importante para ficar registrado nos anais da votação.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Presidente, este Vereador votou “não” ao projeto porque fez uma emenda tentando garantir os direitos dos servidores que hoje estão aqui; como não foi aprovada a emenda, votei “não” ao projeto. Como Líder do PMDB, quero cumprimentar V. Exa. por seu trabalho, por sua postura, que honra muito o nosso Partido. E este parlamentar, como Líder do PMDB, não poderia sair do plenário, ficando até o final com V. Exa., que foi firme, quis votar e dar prosseguimento e andamento nas matérias desta Casa. Como Líder do PMDB, cumprimento V. Exa. Sua conduta honra muito nosso partido e o lugar onde V. Exa. está. Parabéns, Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. A honra é minha em tê-lo como colega e também o Ver. André Carús, a Ver.^a Comandante Nádia e a Ver.^a Lourdes Sprenger. Muito obrigado pelas palavras.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Presidente, eu queria também fazer uma saudação a ti, Valter, pela condução dos trabalhos, pela conduta, pela firmeza e, ao mesmo tempo, pela estabilidade emocional. Imagino que deva ser muito difícil estar no teu lugar. Quero justificar que meu voto também já era algo previamente público, combinado, porque realmente eu não teria como votar contra o serviço público e já havia manifestado isso inclusive para o Prefeito Marchezan. E dei quórum aqui justamente por isso, porque a gente ficou um dia inteiro, se pedirem verificação de quórum agora, vou permanecer aqui presente. Parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni, pelas palavras e pelos elogios. Agradeço.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Antes de declarar encerrada a Sessão, eu quero lembrar aos Srs. Vereadores que ainda existem dois projetos na priorização, nós temos o projeto da previdência e nós temos o projeto do IPTU. E nós temos um acordo que foi feito, dessa forma, eu convoco os Srs. Vereadores para a Sessão Extraordinária a ocorrer no dia de amanhã, às 10h, neste plenário Otávio Rocha, para enfrentarmos o PLCE 007/18 e o PLCE 005/18.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos desta Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 20h26min.)

* * * * *